



Técnico de Nível Superior - Inglês

Instruções Gerais

- Ao receber a sua folha de Respostas, marque imediatamente o tipo de caderno de Questões que você recebeu (A ou B), conforme o modelo abaixo. Esta marcação é obrigatória.

MARQUE A OPÇÃO CORRESPONDE AO SEU TIPO DE PROVA

TIPO A

TIPO B

- O candidato receberá do fiscal:
 - Um **caderno de Questões**, contendo 50 questões de múltipla escolha.
 - Uma **folha de Respostas**.
 - Uma **folha de texto definitivo da prova Discursiva**.
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no Caderno de Questões se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- As Provas terão tempo de duração de **4h30min (quatro horas e trinta minutos)** corridas para os cargos e, em hipótese alguma, serão realizadas fora do local, cidade e horário determinados. Faça-a com tranquilidade, mas controle o seu tempo. Este tempo inclui a marcação do Cartão de Respostas e Prova Discursiva.
- Após o término de sua prova, entregue obrigatoriamente ao fiscal, o Caderno de Questões e o Cartão de Respostas devidamente assinados.
- Os **03 (três)** últimos Candidatos de cada sala, só poderão ser liberados juntos.
- O Candidato não poderá retirar-se do local de realização das Provas escritas levando o Caderno de Provas. O Candidato, também, poderá retirar-se do local de Provas somente a partir dos 60 (sessenta) minutos após o início das Provas podendo anotar suas opções de respostas no canhoto que será entregue durante a prova.
- O gabarito e a prova serão divulgados em até 24 horas, no site do Instituto Cidades: www.institutocidades.org.br. Não haverá consulta de gabarito e resultado por telefone.
- Leia atentamente cada questão e assinale no Cartão de Respostas a alternativa que mais adequadamente responde.
- O Cartão de Respostas **NÃO** pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- A maneira correta de assinalar a alternativa no Cartão de Respostas é cobrindo fortemente, com caneta esferográfica azul ou preta, o espaço a ela correspondente, conforme o exemplo a seguir:

	A	B	C	D	E
01	■	□	□	□	□
02	□	■	□	□	□
03	□	□	■	□	□

BOA PROVA !

- **Atenção:** Formas de marcação diferentes da que foi determinada implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas** pela leitora ótica.

Nome: _____

Número de Inscrição: _____



01. Enquanto a aquisição de bens de consumo suntuosos continuar sendo toscamente confundida como símbolo de
 02. prosperidade, sucesso e possibilidade de ascensão social, determinando padrões distorcidos de conduta, certamente a
 03. humanidade retrocederá cada vez mais em termos de valores e princípios.
 04. Se não bastasse essa distorção de valores que prioriza o “ter”, a sociedade de consumo deve sempre ser vista
 05. também como inimiga número um do meio ambiente. Se de fato desejamos habitar um mundo melhor, como é de senso
 06. comum, é de fundamental importância que todos desenvolvam visões diferenciadas sobre a natureza e o
 07. comportamento concernente à prática de consumo, não perdendo de vista que a poluição dos rios, do ar, o desgaste do
 08. solo, a perda de florestas e o desaparecimento de espécies animais e vegetais estão intimamente relacionados ao
 09. considerável aumento de energia, água e serviços ecossistêmicos usados largamente para manter elevadas taxas de
 10. produção atendendo assim essa sociedade de consumo.
 11. Nossas relações sociais jamais podem se pautar e muito menos se fortalecer a partir das quantidades que
 12. consumimos; urge, definitivamente, romper-se com esses hábitos perdulários e consumistas. Qualidade de vida não
 13. pode estar associada à conquista material. Curvar-se a isso é restringir, pelas vias mais rasteiras possíveis, a própria
 14. vida a uma questão mercadológica.
 15. Romper com essa ideia é imprescindível para a construção de um mundo ecologicamente mais equilibrado e
 16. saudável, respeitando a natureza e sabendo que mais produção é sinônimo de mais poluição, assim como menos
 17. consumo é sinônimo de mais vida. Somente alcançaremos essa ruptura quando todos estiverem imbuídos de um
 18. mesmo ideal, criando consciência necessária para entender que o planeta não absorverá a parcela global da população
 19. mundial no ambiente de consumo em decorrência da finitude dos recursos naturais. Logo, não adianta incorporar o
 20. mercado de consumo; lá não há espaços para todos. Definitivamente, esse mercado precisa ser desinchado.
 21. Para isso, um passo importante rumo a esse ambiente mais saudável é levar informações a todos e,
 22. principalmente, àqueles que serão encarregados de usufruírem o mundo num futuro próximo; ou seja, aqueles que
 23. literalmente “farão” esse mundo próximo. Nesse sentido, educar ambientalmente as crianças de hoje desde os anos
 24. iniciais de estudos é um bom caminho a ser percorrido. Nossos jovens alunos precisam aprender e praticar a pedagogia
 25. ambiental.
 26. Essa pedagogia ambiental deve ser ensinada levando-se em conta que não é necessária maior produção para
 27. atender as reclamações vindas do mercado de consumo. O que já tem por aí em termos de mercadorias é suficiente
 28. para atender a todos. A necessidade se restringe em dirimir as desigualdades de consumo em que 20% da população
 29. que habita os países do hemisfério norte “engolem” 80% de tudo o que é produzido, gerando mais de 80% da poluição e
 30. degradação dos ecossistemas, ao passo que “sobra” apenas 20% da produção material para 80% da população dos
 31. países localizados no hemisfério sul.
 32. Caberá a essa pedagogia ambiental, em forma de disciplina inserida na grade curricular, realçar o fato de que a
 33. excessiva exploração dos recursos naturais para “sustentar” a insustentável sociedade consumista é geradora mor de
 34. desigualdades e potencialmente criadora da insustentabilidade ambiental e social ora presenciada.

Fonte: <http://revistasustentabilidade.com.br/por-uma-pedagogia-ambiental/> (TRECHO)

01. Segundo o texto, é correto afirmar que:

- A) A principal responsabilidade pela existência de uma “pedagogia ambiental” está nos professores de Educação Infantil, pois essa postura trata-se de uma mudança cultural e esse tipo de mudança não se consegue com adultos.
- B) É necessário controlar o consumo desenfreado para que o planeta consiga sustentar-se, porém, há nisso uma luta severa com o mercado, que domina culturalmente as atuais relações sociais.
- C) Trabalhar com ações de reciclagem e separação de lixo, além de diminuição da poluição é uma alternativa para o restabelecimento e a sustentabilidade ambiental efetiva e permanente.
- D) O mercado de consumo deveria ser extinto e, a partir de uma pedagogia ambiental, cujo alvo imediato seriam as crianças, a mudança cultural quanto à questão da sustentabilidade atingiria outros níveis e relações sociais.
- E) O conceito de “qualidade de vida” precisaria se readaptar às questões ambientais, para que as pessoas o associassem à ideia de viver sem as necessidades de comprar e pudessem desfrutar mais da natureza vivendo do já possuem e reciclando o que iriam descartar.

02. As associações entre as regras sobre uso da vírgula e os exemplos que ilustram essas regras estão corretas em:

	REGRA	EXEMPLO
I	Separar elementos com a mesma função sintática.	“como símbolo de prosperidade, sucesso e possibilidade de ascensão social” (I.01-02)
II	Separar expressões explicativas.	“sabendo que mais produção é sinônimo de mais poluição, assim como menos consumo é sinônimo de mais vida” (I.16-17)
III	Separar adjunto adverbial deslocado.	“Definitivamente, esse mercado precisa ser desinchado.” (I.20)
IV	Separar orações coordenadas.	“Caberá a essa pedagogia ambiental, em forma de disciplina inserida na grade curricular, realçar o fato...” (. 32)

- A) I e II
- B) II e III
- C) II e IV
- D) I e III
- E) III e IV



03. No trecho destacado, há palavras que receberam acento e outras que deveriam ser acentuadas, mas que não foram. São elas:

“A pedagogia ambiental deve desenvolver canais que permitam maior politização do consumo, incluindo noções básicas e essenciais para evitar o desperdício de alimentos e enfatizar práticas que favoreçam os processos de reciclagem”
(<http://revistasustentabilidade.com.br/por-uma-pedagogia-ambiental/> - ADAPTADO)

- A) Básicas - desperdício - práticas
- B) Básicas - essenciais - enfatizar
- C) Essenciais - desperdício - enfatizar
- D) Incluindo - desperdício - práticas
- E) Incluindo - essenciais - práticas

04. A frase está totalmente correta quanto à concordância em:

- A) Novos atitudes e comportamentos estão em evidência quanto a uma postura ambientalmente saudável.
- B) Atualmente, existe organizações que praticam e promovem ações pautadas na valorização do meio ambiente.
- C) A necessidade de mudanças reais e efetivas voltadas para atitudes ecologicamente sustentáveis é cada vez mais forte.
- D) Para o objetivo comum de cultivar a sustentabilidade do planeta, precisam-se do maior número possíveis de pessoas engajadas na causa.
- E) Reciclar produtos são uma forma de alinhar-se às expectativas de uma postura e, por que não, de uma atitude de vida sustentáveis.

05. No texto, sobre os dois usos do verbo “atender”:

- a) “para atender as reclamações vindas do mercado de consumo” (l.26-27)
- b) “é suficiente para atender a todos” (l. 27-28)

- I. Apresenta diferentes transitividades nas duas formas apresentadas.
- II. Em (a), utilizar crase no “as” posterior ao verbo modificaria o sentido da frase.
- III. Em (a) e (b), apresenta regência igual a do verbo SERVIR.

A respeito das afirmativas acima, pode-se considerar correta(s):

- A) I e II
- B) II e III
- C) I e III
- D) Apenas I
- E) Apenas III

06. “A razão _____ a sustentabilidade do planeta seja um tema tanto polêmico quanto difícil de ser efetivado está no fato deste _____ à atual cultura de consumo _____ na qual estamos inseridos. Reciclar é importante, _____ diminuir o consumo deve ser prioritário.”

O conjunto de palavras ortograficamente adequado que preenche as lacunas do trecho acima é:

- A) por que - ir ao encontro - excessivo - mas
- B) porque - ir de encontro - excessivo - mais
- C) porque - ir ao encontro - excessivo - mas
- D) por que - ir de encontro - excessivo - mais
- E) por que - ir de encontro - excessivo - mas

07. A coesão textual também é marcada pelo uso de pronomes que atuam como referentes anafóricos. A referência desses pronomes, destacados abaixo, está correta em:

- I. “Curvar-se a isso” (l.13)
- II. “Romper com essa ideia é imprescindível” (l.15)
- III. “Somente alcançaremos essa ruptura” (l.17)
- IV. “Para isso, um passo importante rumo a esse ambiente” (l.21)

- A) Em I e IV, o referencial é o mesmo.
- B) Em II, o pronome refere-se “qualidade de vida”.
- C) Em IV, “isso” refere-se ao “mercado consumista”.
- D) Em III, a referência está na ideia da dualidade “produção desenfreada x vida equilibrada”.
- E) Em I, a referência está na ideia do rompimento com o consumismo.

08. Sobre as características de textos oficiais, analise:

- I. Utiliza-se da impessoalidade na linguagem para priorizar certo distanciamento do leitor;
- II. A concisão na escrita é necessária para que haja melhor compreensão na transmissão da mensagem, o que justifica a informalidade textual;
- III. No documento Ofício, o endereçamento já não consta, registrando-se apenas local, data e destinatário com o cargo que ocupa.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmativa(s):

- A) I e II
- B) II e III
- C) Apenas I
- D) Apenas II
- E) Apenas III

09. “Definitivamente, esse mercado precisa ser desinchado.” (l.20).

“urge, definitivamente, romper-se com esses hábitos perdulários”. (l. 12)

Considerando o contexto em que se inserem, as palavras destacadas significam, respectivamente:

- A) Desbloqueado e desgastado.
- B) Impedido e infantis.
- C) Alcançado e suntuosos.
- D) Ignorado e irresponsáveis.
- E) Diminuído e esbanjadores.

10. Observe o uso da crase nos excertos abaixo:

- I. “principalmente, àqueles que serão encarregados” (l.22)
- II. “sobre a natureza e o comportamento concernente à prática de consumo” (l.06-07)
- III. “não pode estar associada à conquista material” (l.12-13)

- A) Em I, a crase ocorre devido ao advérbio “principalmente”, anteriormente separado por vírgulas.
- B) Em I, o pronome “aquele” une-se à preposição “a” por ser masculino, sendo a única exceção do uso de crase em palavras masculinas.
- C) Em II e III, a crase é utilizada seguindo a regra geral.
- D) Em III, não haveria crase se o termo “conquista material” fosse substituído por “matéria”.
- E) Em II, substituindo o pronome “aquele” pela preposição “a” e pelo artigo “o”, a crase permaneceria.



CONHECIMENTOS GERAIS

➤ **Noções de Informática**

11. Um dos princípios básicos da segurança da informação é a Confidencialidade. Identifique a opção que melhor está relacionada a este princípio.

- A) Identificação correta de um usuário ou computador.
- B) Proteger a informação contra sua revelação para alguém não autorizado.
- C) Proteger a informação contra sua modificação por alguém não autorizado.
- D) Ter as informações acessíveis e prontas para uso.
- E) Garantir que o usuário é realmente quem ele diz ser.

12. Sobre o sistema operacional Windows 7 analise:

- I. Para ajudar quando a memória do PC for insuficiente pode ser utilizado o recurso *ReadyBoost*.
- II. O sistema operacional não dá suporte à utilização de telas sensíveis ao toque, isto é, suporte a operar o sistema usando apenas os seus dedos.
- III. O recurso "Reproduzir em" facilita a reprodução das suas músicas e vídeos em outros PCs, TVs ou aparelhos de som pela casa.
- IV. As versões Starter, Home Basic e Home Premium do sistema operacional incluem software de 32 e 64 bits.

São verdadeiras as afirmações:

- A) I, II e IV, somente.
- B) II, III e IV, somente.
- C) II e III, somente.
- D) I e III, somente.
- E) II e IV, somente.

13. No Microsoft Office 2007 a aplicação responsável por criar espaços de trabalho de colaboração para compartilhar arquivos e trabalhar em projetos com os membros de sua equipe é:

- A) Infopath
- B) Powerpoint
- C) Groove
- D) OneNote
- E) Access

➤ **Administração Pública**

14. Assinale a opção que NÃO contém um dever fundamental do servidor público nos termos do Código de Ética do Servidor Público:

- A) Jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo.
- B) Zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva.
- C) Ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
- D) Abster-se, de forma relativa, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades ilegais e cometendo qualquer violação expressa à lei.
- E) Ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal.

15. No tocante à Administração Direta e Indireta, marque a alternativa correta:

- A) As Autarquias adquirem personalidade jurídica com a inscrição da escritura pública de sua constituição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, não se lhes aplicando as demais disposições do Código Civil concernentes às fundações.
- B) A desconcentração pode ocorrer em três planos principais: dentro dos quadros da Administração Federal, distinguindo-se claramente o nível de direção do de execução; da Administração Federal para a das unidades federadas, quando estejam devidamente aparelhadas e mediante convênio; e da Administração Federal para a órbita privada, mediante contratos ou concessões.
- C) A descentralização é a distribuição de competências de uma pessoa para outra, física ou jurídica; já a desconcentração é a distribuição interna de competências, isto é, distribuição de competências dentro de uma mesma pessoa jurídica.
- D) As empresas públicas e sociedades de economia mista não se sujeitam à falência.
- E) As autarquias e as empresas públicas são criadas por Decreto.

16. Quanto às modalidades de licitação, analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale V para verdadeiro e F para falso:

- I (). Tomada de Preços é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- II (). Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- III (). Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis cuja aquisição derivar de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.
- IV (). A Licitação para obras e serviços de engenharia até R\$ 650.000,00 (Seiscentos e cinquenta mil reais) deverá adotar a modalidade concorrência.
- V (). Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 48 (quarenta e oito) horas da apresentação das propostas.

Marque a alternativa correta:

- A) Apenas I, II, III e IV são verdadeiras.
- B) Apenas II, III, IV e V são falsas.
- C) Apenas I, II, III e IV são falsas.
- D) Todas são falsas.
- E) Todas são verdadeiras.



17. Verifique as proposições abaixo e, em seguida, assinale e marque V para verdadeiro e F para falso:

- I (). A Administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- II (). Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.
- III (). A revogação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.
- IV (). O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.

Marque a alternativa correta:

- A) I e II são verdadeiras e III e IV são falsas.
- B) II e IV são verdadeiras e I e III são falsas.
- C) I e IV são verdadeiras e II e III são falsas.
- D) I e III são verdadeiras e II e IV são falsas.
- E) Todas são falsas.

18. Com relação ao Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta:

- A) Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.
- B) Os atos administrativos, tendo em vista o poder de polícia da Administração Pública, independem de motivação.
- C) Devem ser objeto de intimação os atos do processo que não resultem para o interessado em imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades e os atos de outra natureza, de seu interesse.
- D) O recurso administrativo tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.
- E) São legitimados para interpor recurso administrativo apenas os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo e aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida.

19. Júlio, desejando montar uma loja de material de construção na cidade em que mora, procurou o Poder Público para se certificar dos documentos que seriam necessários para iniciar o funcionamento da sua loja de acordo com as exigências legais. Nesse contexto, foi informado a Júlio que deveria dar entrada nos documentos para obtenção de Alvará de funcionamento a ser expedido pelo órgão competente. De acordo com o caso citado, assinale a opção que corresponde ao poder administrativo descrito na questão:

- A) Poder Discricionário.
- B) Poder Hierárquico.
- C) Poder Vinculado.
- D) Poder Disciplinar.
- E) Poder de Polícia.

20. Analise as proposições abaixo e, em seguida, marque V para verdadeiro e F para falso:

- () A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
- () Reversão é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo e reintegração do anterior ocupante.
- () Recondição é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria; ou no interesse da administração.
- () Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
- () Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

Assinale a opção que corresponde à sequência correta:

- A) F, V, F, F, V
- B) V, F, F, F, V
- C) V, F, F, V, V
- D) V, F, F, V, F
- E) F, F, F, V, V

21. De acordo com Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005, marque a alternativa correta:

- A) O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços especiais for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.
- B) Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo opcional a utilização da sua forma eletrônica.
- C) A licitação na modalidade de pregão, na sua forma eletrônica, se aplica às contratações de obras de engenharia, bem como às locações imobiliárias e alienações em geral.
- D) Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, questionavelmente, a alteração afetar a formulação das propostas.
- E) As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22. O Prefeito da cidade de Lilliput resolveu desapropriar um terreno de seu adversário político. Esta atitude viola, em tese, qual princípio Constitucional da Administração Pública?

- A) Impessoalidade.
- B) Moralidade.
- C) Legalidade.
- D) Eficiência.
- E) Publicidade.



23. Assinale a assertiva correta:

- A) Não está sujeito às disposições da Lei de Improbidade Administrativa aquele que não seja agente público, mesmo que tenha concorrido para a prática do ato ímprobo.
- B) O agente público que causar lesão ao erário mesmo sem que tenha havido intenção de causá-lo poderá ser responsabilizado, admitindo-se, legalmente, assim, a forma culposa do ato ímprobo.
- C) Os atos de improbidade administrativa não importarão a suspensão dos direitos políticos.
- D) Não há improbidade administrativa quando o sujeito "deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo" (artigo 11, inciso VI, da Lei n. 8.429/1992), mas o Tribunal de Contas ainda assim as aprovar, ou, mesmo, o respectivo Poder Legislativo as aprovar.
- E) A improbidade administrativa é considerada crime comum.

➤ **Língua Estrangeira**

01 **Russia cleans up after meteor blast injures more than**
 02 **1,000**
 03 CHELYABINSK, Russia – Residents of Chelyabinsk, an
 04 industrial city 1,500 km (950 miles) east of Moscow,
 05 heard an explosion, saw a bright light and then felt a
 06 shockwave that blew out windows and damaged the
 07 wall and roof of a zinc plant. A fireball traveling at a
 08 speed of 30 km (19 miles) per second according to
 09 Russian space agency Roscosmos, blazed across the
 10 horizon, leaving a long white trail visible as far as 200
 11 km (125 miles) away.
 12 NASA estimated the meteor was 55 feet across
 13 before entering Earth's atmosphere and weighed about
 14 10,000 tons. It exploded miles above Earth, releasing
 15 nearly 500 kilotons of energy - about 30 times the size of
 16 the nuclear bomb dropped on the Japanese city of
 17 Hiroshima in World War Two, NASA added. "We would
 18 expect an event of this magnitude to occur once every
 19 100 years on average," said Paul Chodas of NASA's
 20 Near-Earth Object Program Office at the Jet Propulsion
 21 Laboratory in Pasadena, California. "When you have a
 22 fireball of this size we would expect a large number of
 23 meteorites to reach the surface and in this case there
 24 were probably some large ones."
 25 Divers searched a lake near the city of
 26 Chelyabinsk, where a hole several feet wide had
 27 opened in the ice, but had so far failed to find any large
 28 fragments, officials said. Search teams said they had
 29 found small objects up to about 1 cm (half-an-inch) wide
 30 that might be fragments of a meteorite, but no larger
 31 pieces.
 32 The Chelyabinsk regional governor said the
 33 strike caused about 1 billion roubles (\$33 million) worth
 34 of damage. Life in the city had largely returned to normal
 35 by Saturday although 50 people were still in hospital.
 36 Officials said more than 1,200 people were injured,
 37 mostly by flying glass.
 38 Repair work had to be done quickly because of
 39 the freezing temperatures, which sank close to -20
 40 degrees Celsius (-4 Fahrenheit) at night. Emergencies
 41 Minister Vladimir Puchkov inspected the damage after
 42 President Vladimir Putin sent him to the region. His
 43 ministry is under pressure to clean up fast following
 44 criticism over the failure to issue warnings in time before
 45 fatal flooding in southern Russia last summer and over
 its handling of forest fires in 2010.

(This text was adapted from http://articles.chicagotribune.com/2013-02-16/news/chi-russia-meteorite-20130215_1_meteor-explosion-site-fireball)

24. According to the text, it is possible to say that:

- A) NASA expected the meteor to be the size of the nuclear bomb dropped on Hiroshima in World War Two.
- B) The explosion of a meteor before entering Earth's atmosphere hurt more than a thousand people in Chelyabinsk.
- C) Divers managed to find a 55 feet fragment in a lake near the city of Chelyabinsk.
- D) The shockwave of the fireball traveling at a speed of 30 km per second caused fatal flooding in Russia.
- E) A 55-foot meteor is expected to enter Earth's atmosphere in 100 years time.

25. In "Search teams said they **had found** small objects..." (lines 28-31), the verbs in bold are in the Past Perfect Tense. The use of this tense is adequate in:

- A) When the meteor reached the Earth's atmosphere, it had made a hole on the icy surface of a lake near the city of Chelyabinsk.
- B) Many injured people had gone to the hospital after they felt a shockwave that blew out windows and damaged the wall and roof of a zinc plant.
- C) Because of the freezing temperatures, emergency workers had repaired the damages in Chelyabinsk after Minister Vladimir Puchkov himself inspected the damages.
- D) The meteor had exploded miles above the Earth before people in Chelyabinsk felt a shockwave.
- E) Flying glasses had hurt a thousand people when the meteor exploded miles above our planet.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

➤ **Finanças Públicas**

26. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é um código de conduta para os administradores públicos de todo o país, que passa a valer para os três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). De acordo com a LRF, marque (V) para as afirmativas verdadeiras e (F) para as falsas e, em seguida, marque a opção correta.

- () O objetivo da LRF é melhorar a administração das contas públicas no Brasil. Com ela, todos os governantes passarão a ter compromisso com orçamento e com metas, que devem ser apresentadas e aprovadas pelo respectivo Poder Legislativo.
- () Na LRF, não há limites de gastos com pessoal, como percentual das receitas, para os três Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- () A LRF determina o estabelecimento de metas fiscais trienais. Isso permite que o governante consiga planejar as receitas e as despesas, podendo corrigir os problemas que possam surgir no meio do caminho. É como conduzir um barco: quando tem um rumo é possível planejar as manobras necessárias para se chegar até lá, mesmo que algumas sejam difíceis e tenham que ser corrigidas ao longo do caminho.
- () A LRF representa um importante instrumento de cidadania para o povo brasileiro, pois todos os cidadãos terão acesso às contas públicas, podendo manifestar abertamente sua opinião, com o objetivo de ajudar a garantir sua boa gestão.

- A) V, F, V, V
- B) V, V, F, F
- C) F, V, F, V
- D) F, F, V, F
- E) V, V, V, V



27. O instrumento utilizado pela administração pública para materializar o empenho, ou seja, para formalizar o registro do comprometimento total ou parcial de dotação em favor de determinado credor é denominado de **nota de empenho**. Em relação à nota de empenho, marque a opção CORRETA:

- A) Empenho global é destinado a atender despesa quantificada e liquidável de uma só vez. É utilizado nos casos em que se conhece o valor do bem ou serviço a ser adquirido e o pagamento ocorre de uma única vez.
- B) Empenho por estimativa é destinado a atender a despesa de valor não quantificável durante o exercício. É utilizado nos casos em que não se possa determinar o montante da despesa.
- C) Empenho ordinário é o estágio que consiste na verificação do direito do credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- D) Liquidação destina-se a atender despesa determinada e quantificada e a ser liquidada e paga parceladamente, em geral em cada mês.
- E) Toda despesa poderá ser realizada sem o competente empenho prévio, é o que estabelece o Artigo 60 da Lei 4.320/64, e complementando em seu Parágrafo 1º diz que "em casos especiais previstos na legislação específica será dispensada a emissão da nota de empenho".

28. A elaboração, execução e controle dos orçamentos fiscal, de investimentos das empresas e da seguridade social, integrantes da LOA, devem observar princípios básicos, de natureza técnica, política e jurídica, encontrados na teoria clássica das finanças públicas, na Constituição Federal e na Lei nº 4.320/64. Em relação a estes princípios, marque V para as verdadeiras, F para as falsas e assinale a opção que indica a sequência correta.

- () Unidade - o orçamento deve se constituir em uma única peça, abrangendo as receitas e despesas do exercício com a finalidade de apresentar, pelo confronto dos totais delas se há equilíbrio, saldo ou déficit.
- () Universalidade - também denominado de periodicidade, preconiza que as previsões da receita e da despesa devem sempre se referir a um período limitado de tempo.
- () Anualidade - todas as receitas e despesas devem ser incluídas no orçamento.

- A) V, F, F
- B) V, V, V
- C) F, V, F
- D) F, V, V
- E) F, F, F

29. Em relação à classificação do Orçamento, marque a opção INCORRETA.

- A) O orçamento pode ser classificado em tradicional ou clássico e em orçamento-programa ou moderno.
- B) O orçamento tradicional é o processo de elaboração do orçamento em que é enfatizado o objeto de gasto. Trata-se apenas de um detalhamento das receitas a arrecadar e das despesas a executar.
- C) O orçamento programa pode ser entendido como sendo o plano de trabalho do governo no qual são especificadas as posições concretas que se pretende realizar durante o ano financeiro.
- D) As principais características do orçamento tradicional são: integração planejamento-orçamento; quantificação de objetivos e fixação de metas; relações insumo-produto; alternativas programáticas; acompanhamento físico-financeiro; avaliação de resultados.
- E) O orçamento tradicional representa um Plano de Governo que vincula o orçamento ao planejamento.

30. As despesas orçamentárias são classificadas, por natureza, em Despesas Correntes e Despesas de Capital, conforme o disposto no art. 12 da Lei nº 4.320/64. Acerca do assunto, marque a opção INCORRETA.

- A) Despesas Correntes são também definidas como Despesas Efetivas, pois reduzem proporcionalmente ao seu valor o patrimônio do ente público que realiza o gasto, são os dispêndios realizados com pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida e outras despesas.
- B) Enquanto as Despesas de Capital sempre representam a diminuição no patrimônio público realizado ou compromisso assumido, as Despesas Correntes proporcionam mutações patrimoniais também em valores equivalentes aos desembolsos realizados ou compromissos assumidos, representadas por diminuições no ativo ou no passivo.
- C) Despesas de Capital, ou Despesas por Mutações Patrimoniais, são aquelas que, em nada afetam o patrimônio do ente público que as realiza, pois elas se constituem em investimentos, inversões financeiras, amortização da dívida e outras Despesas de Capital.
- D) As Despesas Orçamentárias integram os orçamentos cuja execução deve observar o programa anual de trabalho aprovado pela LOA.
- E) A Despesa Orçamentária não depende de autorização legislativa para ser realizada e pode ser efetivada sem a existência de crédito orçamentário que a corresponda suficientemente.

31. Com o advento da promulgação da Constituição Federal (CF) em outubro de 1988, o planejamento governamental foi alterado profundamente. Foi instituído o Plano Plurianual (PPA) como principal instrumento de planejamento de médio prazo do governo brasileiro. A Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) foi delimitada para fazer a articulação e ajustamento conjuntural do PPA com o Orçamento. Em relação a esta alteração, marque a opção INCORRETA.

- A) O PPA é uma importante peça de planejamento, consolida-se em forma de Lei e orienta a Administração Pública na execução dos gastos e na aplicação dos investimentos.
- B) A LDO estabelece anualmente as metas e prioridades para o exercício financeiro subsequente, orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual, dispõe sobre alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação de recursos financeiros das agências financeiras de fomento, baseada no artigo 165 § 2º e 169 § 1º da Constituição Federal.
- C) A LOA estima as receitas e autoriza as despesas do governo de acordo com a previsão de arrecadação. Se durante o exercício financeiro houver necessidade de realização de despesas acima do limite que está previsto na Lei, o Poder Executivo submete ao Legislativo um novo projeto de lei solicitando crédito adicional.
- D) O PPA, a LDO e LOA estabelecem as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital (relativas a obras e construção de equipamentos públicos) e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. (somente o PPA).
- E) A LRF estabelece que a LOA conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na LDO.



32. O Orçamento Público é a lei de iniciativa do Poder Executivo e aprovada pelo Poder Legislativo, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro, que, nos termos do art. 34 da Lei nº 4.320/64, coincidirá como o ano civil. Em relação ao Orçamento Público, marque a opção INCORRETA:

- A) Orçamento Público é a lei de iniciativa do Poder Executivo e aprovado pelo Poder Legislativo, que estima a receita fixa e despesa para o exercício financeiro, que, nos termos do art. 34 da Lei nº 4.320/64, coincidirá com o ano civil.
- B) A doutrina contábil costuma definir o orçamento público nos seguintes aspectos: financeiro, econômico e jurídico.
- C) O orçamento corresponde ao principal instrumento da administração governamental para traçar programas, projetos e atividades para um período financeiro, estimando suas receitas e planejando suas aplicações como definição dos limites de gastos.
- D) Apesar de sua forma de lei, o orçamento público não é instrumento de planejamento que permita acompanhar, controlar e avaliar a administração pública.
- E) O orçamento é o documento no qual é previsto o valor monetário que, num período determinado, deve entrar e sair dos cofres públicos, receitas e despesas, com especificação de suas principais fontes de financiamento e das categorias de despesas mais relevantes.

33. As fases da execução das Despesas Orçamentárias, conforme a doutrina contábil, menciona que os estágios da despesa pública são: programação, licitação, empenho, liquidação e pagamento. Marque a opção que representa a licitação:

- A) A fase final do processo de despesa pública somente poderá ser efetuada quando ordenada após sua regular liquidação.
- B) A fase que ocorre após a publicação da lei orçamentária, quando o setor competente, por meio de decretos, estabelece um programa de utilização dos créditos orçamentários aprovados para o exercício.
- C) O ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento, pendente ou não de implemento de condição. Representa a garantia de que existe o crédito necessário para a liquidação de uma dívida assumida. É um dos mais importantes estágios da despesa pública.
- D) É o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição" (Art. 58 da Lei 4.320/64).
- E) O procedimento administrativo destinado a escolher, entre fornecedores previamente habilitados e qualificados, aquele que apresentar proposta mais vantajosa. Destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a administração.

34. Considerando as grandes mudanças advindas com a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que traz implicações para o Estado ou Município que deixa de cumprir as exigências constantes daquela norma, e, por consequência, prejuízos à comunidade, vez que os entes da Federação ficarão impedidos, entre outras, de receber transferências voluntárias, e, ainda, levando-se em conta a oportunidade da posse dos chefes do executivo municipal em janeiro de 2001, o Tribunal preparou esta publicação sob o título TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS - Orientações Fundamentais, com a finalidade eminentemente pedagógica, que objetiva orientar os gestores em geral quanto a regular aplicação dos recursos públicos federais descentralizados e de sua correta prestação de contas. Em relação a transferências de recursos, marque a opção INCORRETA.

- A) Transferência voluntária é a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde (Lei Complementar nº 101/2000, art. 25).
- B) Durante a execução do objeto, ou seja, na fase em que são desenvolvidas as atividades previstas para a consecução do produto final previsto no instrumento de transferência, o gestor não pode (IN STN nº 01/1997): celebrar convênio ou contrato de repasse com mais de um órgão para o cumprimento do mesmo objeto, exceto quando se tratar de ações complementares, o que deve ser consignado no respectivo instrumento, delimitando-se as parcelas referentes de disponibilidade deste e as que devam ser executadas à conta do outro instrumento.
- C) O gestor público é obrigado a prestar contas dos recursos recebidos, sob pena de aplicação de sanções previstas em lei, e de comprometer o fluxo de recursos, mediante suspensão de transferências. Assim, ao término da vigência do instrumento que efetuou a transferência de recursos, deve o responsável pela aplicação dos recursos adotar as medidas cabíveis com vistas à apresentação das contas.
- D) Convênio é qualquer instrumento que discipline a transferência de recursos públicos e tenha como partícipe órgão da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista que estejam gerindo recursos dos orçamentos da União, visando à execução de programas de trabalho, projeto, atividade ou evento de interesse recíproco com duração certa, em regime de mútua cooperação (IN 01/97 - STN, art. 1º, caput, e § 1º, I).
- E) Não é possível efetuar transferências de recursos da União por intermédio de instituições e agências financeiras oficiais federais, celebrando um contrato de repasse.



35. Dentre as várias limitações à atividade administrativa impostas pela LRF, encontra-se a que veda o gestor público contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro de seu mandato, "ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito" (art. 42). Estas obrigações, denominadas "restos a pagar", têm como raízes a organização da atividade financeira do Estado em ciclos e a impossibilidade do cumprimento de determinadas despesas dentro de um ciclo. Em relação a restos a pagar, analise as afirmativas abaixo e, em seguida, assinale a alternativa correta.

- I. Restos a pagar são somente as despesas liquidadas e não pagas até 31 de dezembro.
 - II. No Balanço Financeiro, os restos a pagar do exercício serão computados na receita extra orçamentária, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.
 - III. Na inscrição de restos a pagar, as despesas processadas são distinguidas das não processadas.
- A) Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
 - B) Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
 - C) Apenas as afirmativas II e III são verdadeiras.
 - D) Todas as afirmativas são verdadeiras.
 - E) Todas as afirmativas são falsas.

➤ Setor de Cultura do Governo Federal

36. São instrumentos de acatamento e preservação do patrimônio cultural brasileiro a serem articulados pelo poder público, em colaboração com a comunidade:

- A) Desapropriação, tombamento e recepção.
- B) Inventário, escritura e vigilância.
- C) Inventário, vigilância e desapropriação.
- D) Registro, recepção e tombamento.
- E) Registro, escritura e vigilância.

37. Em seu art. 215, a Constituição Federal de 1988 garante a todos os brasileiros o pleno exercício dos direitos culturais. Sobre esses direitos, é plausível considerar:

- A) Relacionam-se com os direitos humanos, mas com eles não se confundem.
- B) Referem-se diretamente à teoria do culturalismo jurídico.
- C) Consubstanciam direitos, não abrangendo deveres.
- D) Distinguem-se do multiculturalismo.
- E) Comunicam somente direitos coletivos.

38. Sobre o histórico das políticas públicas de cultura no Brasil, é correta a seguinte afirmativa:

- A) As estratégias para a construção de uma identidade nacional no Brasil estão vinculadas ao início das políticas públicas de cultura na esfera federal.
- B) No governo de Getúlio Vargas foram criados, dentre outras instituições, a Superintendência de Educação Musical e Artística, o Instituto Nacional de Cinema Educativo, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Serviço Nacional de Artes Cênicas.
- C) Mário de Andrade foi convidado a redigir o programa inaugural do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, assumindo logo após a direção da instituição.
- D) Em pasta específica, o Ministério da Cultura teve sua fundação em 1987.
- E) Criado em 1966, o Conselho Federal de Cultura (CFC) tinha perfil normativo e de assessoria ao Ministro, não tendo o Conselho nenhuma dotação orçamentária.

39. Alguns autores apontam dois paradigmas importantes para a construção de políticas públicas de cultura: as noções de democratização da cultura e democracia cultural. Acerca desse tema, podemos considerar afirmativa:

- A) A França, através das instalações das *maisons de la culture* em seu território, durante a gestão de André Malraux no Ministério da Cultura francês, inaugura ações que tem como base a ideia de democracia cultural.
- B) O conceito de cultura aproximado à ideia de democratização da cultura refere-se à cultura erudita.
- C) A noção de democracia cultural pode ser relacionada ao direito de acesso aos bens e serviços culturais, garantido por um conjunto de atividades que garantam o contato das cidadãs e cidadãos com grandes obras.
- D) A democratização da cultura aplicada às políticas públicas de cultura reflete ações que estimulam em mesmo nível a produção e o consumo cultural.
- E) As duas noções concernem apenas ao grau de influência da participação popular nas esferas de decisão do campo das políticas públicas de cultura.

40. Na vigente estrutura organizacional do Ministério da Cultura do Brasil, não se constitui como Secretaria:

- A) A Secretaria do Audiovisual.
- B) A Secretaria de Políticas Culturais.
- C) A Secretaria de Economia da Cultura.
- D) A Secretaria de Articulação Institucional.
- E) A Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura.

41. Criado em 1937, com a denominação de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem como finalidade preservar, proteger, fiscalizar, promover, estudar e pesquisar o patrimônio cultural brasileiro. É também característica do IPHAN:

- A) Ser uma Fundação vinculada ao Ministério da Cultura.
- B) Através de superintendências, estar presente em todos os estados do país e no Distrito Federal.
- C) Não possuir órgãos de assistência imediata.
- D) Manter um banco de dados acerca de bens tombados, patrimônio arqueológico, iconografia, museus e bibliotecas, desenvolvendo políticas também para essas áreas.
- E) Possuir Conselho, Órgão Colegiado com perfil consultivo acerca de quaisquer questões relativas ao patrimônio cultural.

42. O Prêmio Pontos de Memória integra o Programa de Fomento aos Museus do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) incentivando:

- A) Museus existentes há mais de cinco anos e que façam referência à memória social de comunidades urbanas e rurais.
- B) Práticas museais geridas em regime colaborativo, preterindo grupos sociais que desenvolvam continuamente trabalhos ligados às culturas populares tradicionais.
- C) Processos de implantação de museus em comunidades urbanas e rurais que tenham alguma atuação na área da economia criativa.
- D) Museus particulares que possuam perspectivas na diversidade sociocultural e sustentabilidade.
- E) Projetos de memória e museologia social realizados no território brasileiro e no exterior.



43. A Agência Nacional de Cinema (ANCINE), regulamentada através da Medida Provisória 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, não possui dentre seus objetivos e competências:

- A) Aumentar a competitividade da indústria cinematográfica e videofonográfica nacional nos diversos segmentos de mercado.
- B) Executar a política nacional do cinema.
- C) Estabelecer a distribuição da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica - CONDECINE.
- D) Promover o combate à pirataria de obras audiovisuais.
- E) Estimular a capacitação dos recursos humanos e o desenvolvimento tecnológico da indústria cinematográfica e videofonográfica nacional.

44. De acordo com a atual estrutura do MinC, não é órgão subordinado à Ministra da Cultura:

- A) O Conselho Nacional de Política Cultural.
- B) A Comissão Nacional de Incentivo à Cultura.
- C) A Comissão de Fundo Nacional da Cultura.
- D) A Comissão Nacional de Cidadania e da Diversidade Cultural.
- E) A representação regional do Ministério da Cultura sediada no Rio de Janeiro.

45. Acerca do entendimento da cultura como fator de desenvolvimento econômico e social, é correto o seguinte entendimento:

- A) É recente a relação entre as esferas cultural e política ou cultural e econômica.
- B) Os aspectos utilitários da arte tem sido cada vez menos evidenciados.
- C) Os investimentos em cultura tem sido justificados, em regra, por meio das características intrínsecas e restritas do campo cultural.
- D) A globalização deu nova força ao conceito de cidadania cultural, excetuando os direitos políticos de imigrantes e trabalhadores indocumentados.
- E) O turismo cultural tem se destacado cada vez mais como fonte de desenvolvimento de várias regiões, mas se tem constatado também que pouco estimula o conhecimento e envolvimento das próprias comunidades com sua cultura e memória.

46. Regulamentado pela Lei nº 12.343/2010, o Plano Nacional de Cultura possui metas a serem desenvolvidos em todo o território brasileiro no prazo de dez anos. Tais metas estão relacionadas às 275 ações do PNC, e dentre suas perspectivas está incorreto projetar:

- A) Aumento em 30% no número de Municípios brasileiros com grupos em atividade nas áreas de teatro, dança, circo, música, artes visuais, literatura e artesanato.
- B) 60% dos Municípios de cada macrorregião do país com produção e circulação de espetáculos e atividades artísticas e culturais fomentados com recursos públicos federais.
- C) 27% de participação dos filmes brasileiros na quantidade de bilhetes vendidos nas salas de cinema.
- D) Gestores capacitados em 100% das instituições e equipamentos culturais apoiados pelo Ministério da Cultura.
- E) Aumento em 50% no número de pessoas que frequentam museu, centro cultural, biblioteca, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música.

47. O incentivo ao cinema, expresso na Lei 8.313/1991 e considerada a Medida Provisória 2.228/2001, configura-se a partir das seguintes características:

- A) As produções cultural-educativas de caráter não-comercial realizadas por empresas de rádio e televisão poderão ser incentivadas por meio da Lei 8.313/1991.
- B) Quaisquer projetos de cinema e audiovisual podem ser incentivados pela Lei 8.313/1991.
- C) No incentivo da Lei 8.313/1991 não cabem projetos de obras de curta e média metragem.
- D) Não cabe incentivo da Lei 8.313/1991 para a preservação de acervo audiovisual.
- E) Considera-se obra cinematográfica ou videofonográfica de longa metragem aquela que possua duração superior a sessenta minutos.

48. O Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) apresenta três mecanismos de financiamento ao setor cultural brasileiro: o Fundo Nacional da Cultura (FNC), o Fundo de Investimento Artístico e Cultural (FICART), e o mecenato. Sobre eles, podemos afirmar:

- A) O FICART constitui-se por fundos públicos, privados e mistos.
- B) Os projetos incentivados através do FNC não podem ser comercializados.
- C) O FNC é constituído por fontes do Tesouro Nacional, subvenções, doações, arrecadações lotéricas, etc.
- D) Microempresas e empresas de pequeno porte tributadas pelo SIMPLES NACIONAL podem ser beneficiadas com os incentivos fiscais.
- E) Os Fundos não abrangem o incentivo a manifestações culturais aproximadas à religião, como a música gospel e os eventos a ela relacionados.

49. O campo das políticas públicas articula pensamentos, estratégias, ações, agentes e recursos. Pensando a abrangência das políticas públicas de cultura, devemos compreender:

- A) O caráter transnacional dos processos simbólicos e materiais na atualidade como um contexto interessante às políticas culturais.
- B) O Estado como único agente propositivo de políticas públicas de cultura.
- C) Políticas de Governo como tão relevantes quanto políticas de Estado.
- D) Que o papel da sociedade civil na construção de políticas públicas está somente vinculado a sua representação em Órgãos Colegiados.
- E) Que estabelecem uma relação profícua com a ascensão do neoliberalismo.

50. Celebrado como um liame entre cultura e inclusão, o Vale-Cultura deve começar a ser utilizado em todo país durante o segundo semestre 2012. Diz respeito ao Vale-Cultura:

- A) Possibilitar a todos os trabalhadores brasileiros, com carteira assinada, o benefício de R\$ 40,00 mensais para gastos em consumo de bens e serviços culturais.
- B) Do valor total do Vale-Cultura, até 10% será descontado do trabalhador e 90% da empresa.
- C) Obrigatoriamente a empresa deverá aderir e fornecer o Vale-Cultura, mas o funcionário optará voluntariamente por sua respectiva adesão ou não.
- D) O Vale-Cultura poderá ser utilizado nos mais diversos setores do campo cultural.
- E) O atendimento somente a trabalhadores que recebam abaixo de cinco salários mínimos.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - DISCURSIVA

Informações sobre a prova discursiva de acordo com o Edital:

10.13. A prova discursiva consistirá na elaboração de texto dissertativo e será avaliada quanto ao domínio do conteúdo específico, constante do Anexo III deste Edital, bem como quanto ao domínio da modalidade escrita da Língua Portuguesa.

10.14. O candidato receberá nota zero na prova discursiva em casos de fuga ao tema, de inexistência de texto ou de identificação em local indevido.

10.15. Serão avaliados a apresentação, a legibilidade, a estrutura textual, o desenvolvimento e o conhecimento do tema, bem como o domínio da modalidade escrita, formal e culta da língua portuguesa usada contemporaneamente no Brasil.

10.16. A avaliação do domínio da modalidade escrita, formal e culta da língua portuguesa considerará aspectos como ortografia (acentuação e emprego de palavras), pontuação, concordância, regência, sintaxe de construção, propriedade vocabular e divisão silábica.

10.17. Qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima definida no caderno da prova escrita específica será desconsiderado, para efeito de avaliação.

PROPOSTA DE DISSERTAÇÃO

"Temos que criar acessos mais amplos para setores não incluídos e fazer com que esses setores também tenham condições de manifestar suas expressões culturais, fazê-las circular e serem recebidas por toda a sociedade brasileira. Isso é inclusão social".
(Gilberto Gil)

Reflita sobre o depoimento acima feito por Gilberto Gil, ex-ministro da cultura, e produza um texto dissertativo-argumentativo acerca do seguinte tema: **A cultura como mecanismo de promover a inclusão social dos menos favorecidos.**

Escreva, no mínimo, 25 e, no máximo, 30 linhas, com letra legível.



Tema:

A cultura como mecanismo de promover a inclusão social dos menos favorecidos.

1

5

10

15

20

25

30

